

Fritz Utzeri

Arquivo — Ariovaldo dos Santos (5.9.83)

**Nova Iorque** — O presidente do Banco Central, Afonso Celso Pastore, afirmou ontem, após uma reunião de seis horas com os 14 bancos do comitê de ligação — a primeira para discutir a chamada fase 2 da renegociação da dívida brasileira — que o Brasil pretende chegar ao final do ano de 1984 com um nível de reservas “confortável”, de 5 bilhões de dólares. Ele previu, ainda, que o país está quase chegando “ao fundo do poço”, mas espera que a economia comece a se recuperar no próximo ano.

Pastore disse ter explicado aos banqueiros o programa de ajustamento econômico brasileiro e as projeções sobre as necessidades de recursos, do ponto-de-vista do Brasil. “O que estamos fazendo é uma reconciliação entre as projeções feitas por nós, pelos bancos e pelo FMI, e eu não vou falar, por enquanto, de números”, explicou, após deixar a reunião, na sede do Citibank. Na próxima semana — “na quarta ou na quinta” — o presidente do BC — que estará em Washington para a reunião do Fundo Monetário Internacional, voltará a se encontrar com os banqueiros.

A delegação do Banco Central chegou na manhã de ontem a Nova Iorque e Pastore, apesar de ter um apartamento reservado no Park Lane Hotel, preferiu passar rapidamente no Wentworth, na Rua 46 — um hotel de padrão médio, ocupado por assessores do BC — e seguiu direto para a reunião com o **chairman** do comitê bancário de assessoria, Bill Rhodes (Citibank) e os dois vice-presidentes Guy Huntrods (Lloyds) e Leyton Coleman (Morgan). As 11h20min, Pastore e seus assessores chegaram ao prédio do Citicorp, para iniciar o encontro, numa sala do 33º andar.

Olhados com desconfiança pelos banqueiros, os jornalistas — concentrados no saguão da sala de reuniões — abordaram o presidente do BC à saída. Pastore enfatizou várias vezes que, no momento, está procurando acertar o montante dos novos recursos para o restante de 83 e 84; para, depois, entrar no **timing** dos desembolsos. Na próxima semana, funcionários do Banco Central estarão em Nova Iorque para fazer a “reconciliação definitiva dos números”. Segundo o presidente do BC, as negociações “caminham positivamente” e há interesse em que terminem o mais rápido possível.

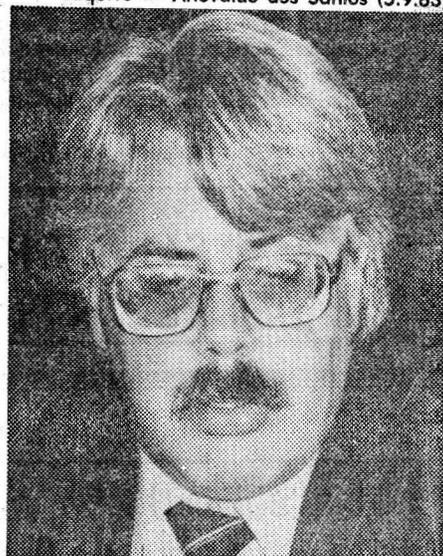
Pressionado pelos jornalistas, Pastore fixou como limite para o final das negociações o meio do mês de novembro. Disse que, até o momento, não foi discutida com os bancos a liberação de empréstimos-ponte, embora não quisesse entrar em detalhes sobre a maneira como o Brasil vai contornar o problema dos atrasados vencidos há mais de 60 dias. Eles são considerados **non performing** pelos bancos, que vêem aproximar-se o final do ano com a perspectiva de terem de lançar os totais na coluna de “prejuízos”, caso esses créditos não sejam pagos.

— Isso é algo que nós vamos procurar contornar de comum acordo com os bancos. Nós estamos conversando, mas não quero dizer nada, enquanto não tiver finalizado esse problema — disse Pastore.

— É a liberação do restante do **jumbo**, do projeto 1, quando vai ser feita, afinal a Carta de Intenção entregue ao Fundo não era o sinal verde? — insistiram os jornalistas.

— A Carta foi entregue hoje. Eu trouxe a Carta e a entreguei ao Lino (Otto Lino Bohm, gerente do Banco do Brasil em Nova Iorque, que a passou a uma secretária, que levou a Carta ao Fundo, em Washington). Desconheço se a luz verde foi dada, mas não vim aqui para discutir o desembolso do projeto 1, mas a fase 2 das negociações do Brasil.

Em meio a uma troca de informações, que incluía a de que o ex-Presidente Washington



Afonso Celso Pastore

Luis esteve hospedado no Hotel Wentworth, soprada por um assessor, e de uma certa impaciência entre os jornalistas, Pastore passou a explicar o que chamou de **modus conversandi** com os jornalistas: “Vocês devem entender que não há forma de abrir certos detalhes da negociação quando estou num processo de conversa com os bancos. Sei que isso fica um pouco desagradável do ponto de vista da sede legítima de informações que vocês têm, mas há o ponto de vista do sigilo, que deve ser preservado”, insistiu o presidente do BC.

Um repórter lembrou que haveria duas cifras sobre a mesa — uma dos brasileiros e do FMI, recomendando a liberação de 7 bilhões de dólares em créditos novos, e a outra dos bancos, reduzindo o volume para 6,5 bilhões. “É um item de negociação que estamos tendo”, disse Pastore, sem acrescentar maiores detalhes. Ao falar das “reservas confortáveis”, acrescentou que o Brasil procurará evitar novamente uma negociação do tipo da feita no ano passado (e que fracassou). “Destá vez vamos primeiro estabelecer as necessidades e só depois distribuir quem entra com o quê”, acrescentou.

### Setor privado

Segundo o presidente do BC, os banqueiros não têm problemas de credibilidade quanto às metas de 55% de inflação e zero de déficit público no ano que vem, estabelecidos na Carta de Intenção ao FMI. “Onde cortar?”, perguntaram os jornalistas, lembrando que o Brasil atravessa o seu terceiro ano de recessão. Pastore fez uma longa dissertação econômica, para explicar que a poupança nacional está baixando mais do que a taxa de investimentos. “Hoje, a poupança nacional é da ordem de 14% do PIB, quando já chegou a ser de 20%”. Segundo ele, a combinação de uma política fiscal expansionista e política monetária restritiva fez subir as taxas de juros e cair a poupança.

— Cortando o déficit público, vamos poder ter uma política creditícia um pouco mais flexível em relação ao setor privado do que a que se tem hoje. Com taxas de juros mais baixas, nós vamos elevar o nível de utilização da capacidade do setor privado, puxar a taxa de empregos e reverter a tendência de aqodamento da economia que existe por parte do Governo — disse o presidente do BC. Ele mostrou que os tempos não serão propícios para as estatais: “O Governo ocupou um grande espaço econômico, restringindo o espaço privado, e isso está causando desemprego industrial urbano no país”. Revertendo essa tendência, Pastore espera poder retomar o crescimento da economia e da poupança.